

# A Companhia de Jesus e o valor paradigmáticos dos manuais: uma análise a partir de Roger Chartier

Vanessa Freitag de Araujo\*

## Resumo

Trata-se de uma análise sobre a utilização dos manuais enquanto fontes de pesquisas. Para exemplificar a possibilidade de investigação, utilizamos um manual de lógica elaborado pelo jesuíta Pedro da Fonseca (1528-1599), o “*Institutionum dialecticarum libri octo*”, de circulação considerável, tendo mais de 55 edições entre 1564 (ano de sua primeira publicação) e 1625. O referencial teórico utilizado para a verificação de como a circulação de materiais impressos afeta e representa determinada estrutura social baseia-se em Roger Chartier (1987). Ao introduzir modificações metodológicas e incorporar novas fontes, a História Cultural apresenta uma possibilidade de problematização dos objetos culturais produzidos, dos sujeitos produtores e dos receptores de cultura.

**Palavras-chave:** Roger Chartier; Companhia de Jesus; Manuais de Ensino; Século XVI.

## The Society of Jesus and the Paradigmatic Value of Manuals: an Analysis Based on Roger Chartier

### Abstract

This is an analysis of the use of manuals as sources of research. To exemplify the possibility of investigation, we use a logic manual prepared by the Jesuit Pedro da Fonseca (1528-1599), the “*Institutionum dialecticarum libri*

---

\* ORCID iD <https://orcid.org/0000-0003-2003-9896> . Universidade Estadual de Maringá. Graduada em Pedagogia (2007) e Filosofia (2016), pela Universidade Estadual de Maringá. Especialista em Educação a Distância (2011), História: Cultura, Economia e Política (2012) e em Atendimento Educacional Especializado (2016). Mestre em Educação (2010 - bolsista do CNPq), mestre em Filosofia (2021) e doutora em Educação (2018), pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professora do Departamento de Teoria e Prática da Educação (DTP-UEM). [vanessa1104@gmail.com](mailto:vanessa1104@gmail.com) .

*octo*”, with considerable circulation, having more than 55 editions between 1564 (year of its first publication) and 1625. The theoretical framework used to verify how the circulation of printed materials affects and represents a given social structure is based on Roger Chartier (1987). By introducing methodological changes and incorporating new sources, Cultural History presents a possibility of questioning the cultural objects produced, the producing subjects and the receivers of culture.

**Keywords:** Roger Chartier; Society of Jesus; Teaching Manuals; 16th century.

## La Compañía de Jesús y el valor paradigmático de los manuales: un análisis a partir de Roger Chartier

### Resumen

Este es un análisis del uso de los manuales como fuentes de investigación. Para ejemplificar la posibilidad de investigación, utilizamos un manual de lógica elaborado por el jesuita Pedro da Fonseca (1528-1599), el “*Institutionum dialécticarum libri octo*”, con considerable circulación, teniendo más de 55 ediciones entre 1564 (año de su primera publicación) y 1625. El marco teórico utilizado para verificar cómo la circulación de materiales impresos afecta y representa una determinada estructura social se basa en Roger Chartier (1987). Al introducir cambios metodológicos e incorporar nuevas fuentes, la Historia Cultural presenta una posibilidad de cuestionar los objetos culturales producidos, los sujetos productores y los receptores de la cultura.

**Palabras clave:** Roger Chartier; Compañía de Jesús; Manuales de enseñanza; Siglo XVI.

### Introdução

Portugal e Espanha podem ser considerados países-chave na produção e propagação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade nos séculos XVI e XVII, devido à sua expressão cultural e ao poder exercido nos domínios territoriais conquistados. Apesar desta significativa projeção, uma vez que as instituições educacionais da Companhia de Jesus atuaram na formação de diversos filósofos ilustres do século XVII, ainda existem aspectos da história do pensamento ibero-americano que não têm recebido a devida atenção pela comunidade científica e acadêmica.

A obra selecionada para exemplificar a discussão neste trabalho trata-se de um manual de lógica elaborado pelo jesuíta Pedro da Fonseca (1528-1599), o “*Institutionum dialecticarum libri octo*”, datado em 1564 e recebeu nada menos que 55 edições, fator que ratifica que tal material obteve sucesso e foi bastante utilizado no ensino de lógica naquele contexto histórico.

É fato que a literatura e a produção acadêmica, tanto na Filosofia quanto na Educação, não têm privilegiado os estudos acerca dos jesuítas, se comparada a outros pensadores do mesmo contexto. Importantes contribuições para a compreensão do ensino ainda permanecem à margem da produção historiográfica devido às próprias características inerentes às fontes primárias (dificuldades arquivísticas, paleográficas e linguísticas) ou até mesmo pelas condições de acesso a essa documentação.

O trabalho com fontes antigas, além do manuseio físico adequado, exige do pesquisador a compreensão do contexto histórico em que o mesmo está inserido. Em seu compêndio de história da cultura ocidental, Jacques Barzun (2002, p. 10) afirma que “o nosso tempo é tão tolerante, de espírito tão liberal e tão avesso à violência em suas ideologias, que encontrar sólidos argumentos em prol do caráter do século XVI ou XVII está irremediavelmente fadado a ofender os justos e virtuosos”.

O ofício do pesquisador requer o distanciamento de suas crenças na tentativa de não olhar seu objeto de maneira descontextualizada, visualizando o passado com os olhos do presente. Barreto (1983, p. 262), por sua vez, adverte que se deve olhar “o ser do passado como lugar de perspectiva e não de retrospectiva, significa agora conceder a cada época o seu próprio direito à essência e também à sua própria perfeição”.

---

<sup>1</sup> O estado da arte para esta pesquisa, com os descritores “Pedro da Fonseca” e “Instituições dialéticas: *Institutionum dialecticarum libri octo*”, em sítios eletrônicos oficiais vinculados ao Ministério da Educação (MEC), detectou apenas uma dissertação publicada em um programa brasileiro de pós-graduação *stricto sensu*.

A despeito da presença jesuítica na gênese da formação da sociedade brasileira, observa-se uma lacuna nos estudos a respeito da contribuição intelectual e cultural da Ordem. Tal ausência justifica-se pelo próprio reconhecimento acadêmico, uma vez que “alguns temas e períodos são candentes e dão prestígio, a temática da educação jesuítica não desperta o mesmo interesse, embora tenha estado na gênese da formação da sociedade brasileira e de nela ter deixado marcas indeléveis” (HAYASHI; HAYASHI, 2007, p. 114).

O estímulo aos pesquisadores para inclinarem-se para determinadas áreas de estudos deve considerar a relação estabelecida entre os próprios cientistas, de maneira que, “optar por este ou aquele tema, por este ou aquele grupo de pesquisa, implica busca de reconhecimento, que, como sabemos, é conferido pelos próprios pares” (BOURDIEU, 2005, p. 35).

As motivações para escolha de temáticas para o desenvolvimento de pesquisas dependem de diversos fatores, muitos de caráter subjetivo; portanto, não se pode relativizar que a produção acadêmica baseia-se apenas em uma correlação de forças. Tais motivos são válidos e não é o intuito deste trabalho questioná-los, mas apresentar possibilidades de reflexão sobre a discrepância na procura de determinadas áreas em detrimento de outras.

Sobre a relação entre a produção e reprodução do conhecimento, Bourdieu (2005) afirma que a ciência consiste em um campo social como os demais, que sofre influências dos interesses dos que a integram. O que está em jogo é o monopólio da autoridade científica, que representa o poder social e capacidade técnica. Assim, a capacidade científica de um pesquisador se confere diante de sua posição.

Nesses termos, a relação de conflitos do campo científico se dá de forma desigual sendo possível observar a existência de uma hierarquia social dos objetos e domínios, pela qual é imposta uma espécie de censura velada aos demais campos e perspectivas dentro da academia:

A definição dominante das coisas boas de se dizer e dos temas dignos de interesse é um dos mecanismos ideológicos que fazem com que coisas

também muito boas de se dizer não sejam ditas e com que temas não menos dignos de interesse não interessem a ninguém, ou só possam ser tratados de modo envergonhado ou vicioso (SANTOS, 1989, p. 148).

Em consonância com a relação hierárquica do reconhecimento acadêmico que afeta a escolha para determinadas vertentes de pesquisa, Santos (1989, p. 148) afirma que “as condições teóricas do trabalho científico não só evoluem historicamente com a sua aceitação e modo de aplicação, como num certo momento depende do grupo de cientistas com mais autoridade no seio da comunidade científica”. Logo, a autoridade acadêmica não depende exclusivamente de resultados práticos, mas é fruto de um “complexo processo de ‘estratégia de institucionalização’, que engloba um sistema de argumentação e um conjunto de ações institucionalizantes que têm lugar no seio da comunidade científica” (SANTOS, 1989, p. 148).

## A Companhia de Jesus e a produção escrita

As pesquisas acadêmicas sobre o trabalho educativo desenvolvido pelos jesuítas é algo que pode ser considerado recente no Brasil devido às críticas sobre a atuação da Ordem. É possível observar três vertentes quando se trata a respeito dos jesuítas: apologética, depreciativa e, mais recentemente, emergem as pesquisas de grupos de estudos que buscam consolidar, mesmo que em menor número, análises da atuação dos jesuítas no mundo moderno por uma perspectiva histórica e sociológica.

A vertente apologética advém dos membros da própria Ordem que, como nenhuma outra, reconheceu a função da escrita para a consolidação de seus ideais e utilizou-se recursos literários com primazia. Por meio de suas correspondências, os jesuítas legaram-nos fontes sobre os locais onde desenvolviam missões. Tais registros permitem analisar como os mesmos compreendiam suas realidades. Nesse sentido, um instrumento ideal de propagação de informações, de maneira que não se percam nas vicissitudes sociais, é a escrita.

Criando uma espécie de rede de informações, Inácio de Loyola, fundador da Ordem, prescreveu um manual prático para

tais registros, o *Formula Scribendi*, fixado posteriormente, em 1580, nas *Regulae Societatis Iesu*. Assim, escrever não era simplesmente informar, mas também zelar pela Companhia, de modo que jamais descuidaram do registro e catalogação da história da Ordem, produzindo assim, a partir do século XVI, uma gama de fontes impressas e manuscritas que permitem a análise de suas obras e ações a partir da imagem que construíram de si mesmos.

A segunda vertente, com severo posicionamento contrário à Companhia de Jesus é representada, em sua maioria, pelo antijesuitismo, que nada mais é que “os sentimentos, conceitos e escritos abertamente contrários à Companhia de Jesus, seus membros, sua teologia, sua eclesiologia, sua política, sua moral e sua pedagogia” (ARNAUT DE TOLEDO; RUCKSTADTER; RUCKSTADTER, 2011, p. 1).

Iniciada pelo Império português em 1759, com o intuito do cumprimento das intenções do papa Clemente XIV e de se iniciar o processo de secularização da educação, idealizado por Marquês de Pombal<sup>2</sup>, a expulsão dos jesuítas de diversos territórios dominados por reinos europeus acabou por fomentar a visão antijesuítica, que culminou com a supressão da Ordem pelo breve papal *Dominus ac Redemptor*, em 1773. É possível observar, dessa maneira, que as mudanças da organização política e cultural do período influenciaram na construção da narrativa antijesuítica.

A problemática dessa perspectiva de análise é a cobrança subliminar de uma consciência dos objetos de estudo que vão além do que se era permitido ao contexto histórico em que tais atores sociais estavam imersos. Aquilo que se poderia considerar uma compreensão mais efetiva do passado é envolta por anacronismos, pois “transportar para séculos remotos todas as ideias do século em

---

<sup>2</sup> A administração pombalina subsidiou a propaganda ofensiva à Companhia de Jesus, ao ponto de Pombal estar Conectado à elaboração das obras *Redução cronológica e analítica* (1767) e *Relação abreviada da república que os religiosos das Províncias de Portugal e Espanha estabeleceram nos domínios ultramarinos das duas monarquias e da guerra que neles tem movido e sustentado contra os exércitos espanhóis e portugueses* (1756), que representam a historiografia oficial antijesuítica.

que vive é, das fontes de erro, a mais fecunda” (MONTESQUIEU, 1973, p. 125).

É possível articular o movimento historiográfico Nova História Cultural na composição da última vertente, pois apresenta uma possibilidade de análise para além da visão maniqueísta da história, uma vez que introduzem modificações metodológicas e incorporam novas fontes para a pesquisa. Com a obra *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*, em 1987, Roger Chartier buscou (1991, p. 178) “compreender como, nas sociedades do Antigo Regime, entre os séculos XVI e XVIII, a circulação multiplicada do escrito impresso modificou as formas de sociabilidade, autorizou novos pensamentos, transformou as relações com o poder”.

É válido destacar que os conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade são interpretações sobre a própria história, e não verdades absolutas. Interpretações essas feitas por indivíduos com intencionalidades e subjetividades. O que se é permitido conhecer é uma parcela da realidade, ou até mesmo a verossimilhança, validada entre pares que compartilham da mesma visão. Desse modo, as escolhas de perspectivas teóricas não são realizadas e divulgadas à exaustão aleatoriamente, mas representam uma corrente de pensamento hegemônico.

## O valor paradigmático dos manuais para o ensino

Para analisar a função dos manuais e o seu papel no ensino faz-se necessário, inicialmente ter em mente que a leitura e a escrita são variantes históricas, uma vez que o ato de ler e escrever não são fixos no tempo e espaço, mas se desdobram em forma, técnica, suporte e sentido.

Entre a criação da tipografia de tipos móveis no século XV, quando a produção de livros era restrita a um limitado e lento processo de reprodução (além de que o acesso à leitura e à escrita era privilégio de uma minoria), e a imprensa industrializada do século XIX, os aspectos tipográficos e editoriais dos livros passaram por transformações, no que tange aos conteúdos, à forma, aos aspectos

simbólicos e à significação. Sobre a história dos livros e da leitura, Chartier (2003, p. 173) constata que “uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, está suscetível a uma multiplicidade de usos. Ele é feito para ser lido, claro, mas as modalidades do ler são, elas próprias, múltiplas, diferentes e segundo as épocas, os lugares, os ambientes”.

A conjuntura cultural influencia na forma como a leitura e a escrita são compreendidas em determinada época e, por conseguinte, qual é a importância da utilização dos gêneros textuais em circulação. Enquanto ação humana, a leitura e a escrita são compostas por vicissitudes que não podem ser explicadas apenas por dados estatísticos, pois limitam-se a dados como números de publicações, traduções, deixando de lado aspectos da representação de algo desejável para seu meio de circulação.

Inserida no quadro da cultura escrita, a materialidade do livro-texto comporta elementos como suporte, formatação e configuração. Já a interpretação e a apropriação daquilo que está escrito estão condicionadas à mediação da prática da leitura, como o suporte material do impresso, contexto (não somente da data de elaboração, mas também no qual é lido e editado), bem como o meio social em que circula. Assim, a metodologia, o mecanismo de apropriação e a variabilidade histórica da leitura e da escrita podem ser demonstrados no âmbito denominado sociologia do texto<sup>3</sup>.

Contrapondo-se à concepção da historicidade, a história da leitura e da escrita figura enquanto componente da história da alfabetização e da escolarização, do uso das normas e competências culturais e dos usos do impresso. De acordo com Chartier e Cavallo (1998, p. 36), tal concepção pode ser considerada herança dos estudos clássicos, que descreviam aspectos da conjuntura da produção editorial, permitindo a catalogação e a documentação dos textos:

---

<sup>3</sup> Para maior compreensão sobre a sociologia do texto, sugere-se a leitura: MCKENZIE, Donald Francia. *Bibliografia e a Sociologia dos Textos*. 2018.



Ela apareceu como prolongamento possível, necessário, dos estudos clássicos que desenharam, para diferentes locais europeus, a conjuntura da produção editorial, a sociologia dos possuidores de livros, a clientela dos livreiros, dos gabinetes literários e das sociedades de leitura:

Roger Chartier (2003) procura articular a abordagem clássica com a perspectiva histórica, baseado em dois fatores: os traços de circulação e de leitura dos textos que, por sua vez, são conduzidos pela coerção (conjunto de imposições sociais resultantes do processo educativo) e pela liberdade (capacidade dos leitores de se apropriarem dos textos, dando-lhes sentido). Dessa maneira, as leituras permitem:

[...] inculcar as novas disciplinas, sejam elas da fé, da civilidade, ou das técnicas; por outro lado, ela permite uma libertação dos espíritos que, pela informação apreendida ou pela ficção investida, podem escapar das repetições obrigatórias de um cotidiano estreito (CHARTIER, 2003, p. 233).

Para Alain Choppin<sup>4</sup>, as dimensões complexas da conceitualização dos manuais escolares abarcam o campo lexical, campo semântico (quais limites separam e distinguem os manuais escolares das demais categorias editoriais), seus suportes (livro impresso), modalidade de difusão e, finalmente, diversos “problemas metodológicos colocados em evidência pelo recenseamento das coleções de manuais, e, mais particularmente, sobre as questões ligadas à categorização e à tipologia” (CHOPPIN, 2009, p. 14).

O interesse pelos manuais escolares por parte da historiografia é recente<sup>5</sup>, de acordo com Choppin (2009), datado a partir de 1960, e que seu uso nas pesquisas acrescentou uma ferramenta

---

<sup>4</sup> Alain Choppin (1948-2009), pesquisador do Institut National de Recherche Pédagogique, responsável base de dados *Emmanuelle Internationale*, que cataloga os manuais escolares utilizados na França, desde a Revolução Francesa até a atualidade, pelo endereço: <<http://www.inrp.fr/emmainternationale/web>>.

<sup>5</sup> Ao mesmo tempo, um interesse novo pelo patrimônio cultural que constitui a literatura escolar e a preocupação de acesso às coleções dispersas, mal conservadas e raramente inventariadas, suscitam no mundo um certo número de iniciativas visando repertoriar, o que provocou uma questão admiravelmente sofisticada até então: ‘O que é um manual escolar?’(CHOPPIN, 2009, p. 12).

para que o historiador pudesse responder seus questionamentos, de modo a dar visibilidade a um gênero que antes era preterido. Logo, os manuais permitem aos pesquisadores não apenas a análise de seus conteúdos, mas também o estudo do meio social, compreendendo assim essa tipologia de livro-texto enquanto fonte com múltiplas possibilidades de análises.

As questões sobre a definição da natureza e da identidade dos manuais, contudo, ainda permanecem recorrentes, uma vez que, assim como as demais formas de produção humana, o gênero literário modificou-se de acordo com o movimento histórico em que se situa, assim, “o manual escolar não é um produto fixo, imutável: sua existência, funções, forma, seus usos dependem de múltiplos fatores nos quais os contextos geográfico, histórico e cultural têm, apesar de outros, um papel determinante” (CHOPPIN, 2009, p. 67).

Como os estudos sobre a contribuição dos jesuítas, a pesquisa sobre os manuais escolares enquanto fontes históricas também possuem fatores considerados empecilhos, como as oscilações terminológicas, que, todavia, não afetam seu sentido etimológico<sup>6</sup>. É possível observar, nessas perspectivas, que a conceituação da epistemologia dos manuais escolares constitui complexo desafio, uma vez que os mesmos apresentam dimensões discursivas, pedagógicas e sociais, que ultrapassam a mera documentação do campo científico da manualística:

---

<sup>6</sup> Hoje, ainda, os termos aos quais recorrem às diversas línguas para designar o conceito de livro escolar são múltiplos, e sua aceção não é nem precisa, nem estável. Percorrendo a abundância bibliográfica científica consagrada no mundo do livro e da edição escolar, constata-se que são utilizadas conjuntamente hoje várias expressões que, na maioria das vezes, é difícil, até impossível, de determinar o que as diferenciam. Tudo parece ser uma questão de contexto, de uso, até de estilo. Os franceses utilizam assim indiferentemente, entre outros termos, *manuels scolaires*, *livres scolaires* ou *livres de classe*; os italianos recorrem especialmente à *libri scolastici*, *libri per la scuola* ou *libri di testo*; os espanhóis hesitam muitas vezes entre *libros escolares*, *libros de texto* ou *textos escolares*, apesar que os lusófonos optem por *livros didáticos*, *manuais escolares* ou *textos didáticos*. [...] Outros, sem fazer referência a este contexto institucional, colocam destaque sobre a função didática, entendida aqui no sentido etimológico: o livro escolar é um livro que serve para ensinar [...] ou para estudar (CHOPPIN, 2009, p. 20).

Fazer a história do manual escolar é indagar da gênese, natureza simbolização e significação mais profundas do saber e do conhecimento: é indagar da materialidade e da significação do(s) livro(s) como texto, enquanto ordem (suporte e unidade) do saber e do conhecimento; é indagar do livro como discurso (configuração, forma/estrutura, especialização, autoria); é, por fim, indagar do saber como conhecimento e do conhecimento como (in)formação (MAGALHÃES, 2006, p. 5).

Entre as abordagens mais frequentes, os manuais são considerados a partir da textualidade escolar ideológica e “como aplicação da cultura escrita e como meio pedagógico-didático (informação, disciplina, verdade) confere-lhe a principal centralidade como fonte sobre a cultura e a sociabilidade escolar” (MAGALHÃES, 2008, p. 03). Choppin (2009, p. 25) define os manuais escolares com base em parâmetros de finalidade, organização e adequação que culminam na efetiva utilização em sala de aula, concepção compartilhada neste trabalho:

Em última instância, o manual, sob suas diversas denominações, é progressivamente um objeto planetário: ele se impôs no mundo, pelo viés da evangelização e da colonização, adotado pela maior parte dos países de sistemas educativos e de métodos de ensino inspirados no modelo ocidental. O “manual” é, portanto, frequentemente designado por termos que são a transcrição, a tradução ou a transposição das designações as mais comumente utilizadas nos países desenvolvidos. [...] A constituição na Europa dos sistemas educativos, que visam uma uniformização dos conteúdos e dos métodos, provoca uma autonomização da edição escolar, uma normalização de sua produção e, portanto, a emergência de uma nomenclatura específica.

Para a historiografia, os manuais são fontes de pesquisa, ao considerar que sua circulação aponta as direções que a sociedade considerava importante em determinado período histórico. Os manuais são considerados por Cunha (2006, p. 352) como “vetores de sistemas de valores, ferramentas para a consolidação das formas e dos códigos morais e sociais”. No sentido mais amplo da materialidade do manual escolar encontram-se informações científicas, au-

torais e editoriais que conferem autenticidade como representação de um aspecto social, que é a cultura escolar.

A cultura escolar pode ser considerada a síntese da cultura escrita e intelectual de uma época, que, por sua ação, pode formar indivíduos idealizados para determinados contextos, proporcionando hipóteses de análise da sociedade em que o objeto se insere. O manual a partir de seu ideário educativo comporta em si uma memória<sup>7</sup>.

As propostas dos manuais não são apenas descrições de conteúdos, uma vez que a própria escolha de determinados conteúdos em detrimento de outros implica em intencionalidades. Assim, as escolhas dos conteúdos dos manuais, bem como sua adoção em instituições de ensino não ocorrem de maneira desconectada, guiada apenas por razões subjetivas, pois os indivíduos não podem, de acordo com essa perspectiva, serem considerados autônomos socialmente, mas, relacionam-se conforme os laços de interdependência em que se vinculam. Tal modo de articulação revela que as escolhas dos manuais também são tomadas por motivações sociais.

Os manuais, inicialmente, eram livros reservados aos professores, associados aos materiais determinados para os alunos. Pode-se realizar um paralelo, nesse sentido, com a *Ratio Studiorum*, por fornecer pistas para a exploração pedagógica, metodológica, curricular e didática, é um livro de regras escolares voltado ao mestre e “*Institutionum dialecticarum libri octo*”, um manual voltado também para alunos. Ao observar a questão da intencionalidade dos manuais, é importante considerar que os mesmos não são meros livros utilizados em instituições escolares, mas são materiais que “refletem manifestadamente as preocupações pedagógicas. [...]”

---

<sup>7</sup> Tomada como arquitexto, a cultura escolar é uma fundamentação sintética e metodológica da cultura escrita. Principal suporte da cultura escolar, o manual é conteúdo e didática. A montante do manual escolar há um universo científico e cultural de que ele é síntese, transformação e mediação; a jusante, ele tem subjacente uma rigorosa transmissão e aquisição de competências cognitivas e de saberes, gerais e específicos. A estrutura do manual escolar é uma ordem de leitura. O manual é portador de uma memória, de uma informação e de uma projecção. Há no complexo teórico e na configuração do manual uma modelação do aluno e uma idealização da sociedade (MAGALHÃES, 2006, p. 7).

É, de preferência, um livro que foi conscientemente concebido e organizado para servir aos objetivos de instrução” (CHOPPIN, 2009, p. 65).

## Manuais ibéricos de lógica nos séculos XVI e XVII

Para Muñoz Delgado (1982), a influência intelectual dos reinos ibéricos vai além dos tesouros culturais em literatura, religião e arte, mas também para a história da lógica, do método e da matematização do pensamento. Tal revalorização filosófica estendeu-se até o século XVII, especialmente com a introdução dos ideais humanistas, que permitiram a conexão direta com a obra de Aristóteles em Coimbra, por exemplo.

As reformas religiosas, reflexos desse movimento histórico, influenciaram a problemática da cisão do mundo ocidental, originando facções de pensamento na Europa e seus territórios colonizados, especialmente no que se trata da vida universitária e dos manuais que eram utilizados. E, ao considerar a preponderância política e militar da Península Ibérica, exige-se que a problemática da cultura e da filosofia seja considerada de maneira global, dada sua projeção em todo o ocidente.

Intimamente conectada à reforma católica estava a Companhia de Jesus, cujo protagonismo estendeu-se para além da esfera religiosa, especialmente na educação. É válido ressaltar que o conceito de educação aqui compreendido, embora o enfoque deste trabalho seja dirigido a um manual para o ensino da lógica, não se restringe ao conteúdo escolar institucionalizado e à formação livresca e intelectual, mas também ao modelo de conduta adequado para o convívio social no contexto histórico.

É possível observar, no contexto cultural do período, a profusão de literaturas<sup>8</sup> constituídas de verdadeiros tratados que

---

8 Sobre a intencionalidade da literatura, Chartier e Cavallo (1998, p. 38) afirmam que “no interior dos territórios assim propostos aos seus percursos, os leitores se apoderam dos livros (ou dos outros objetos impressos), dão-lhes um sentido, envolvem-nos com suas expectativas. Essa apropriação não se faz sem regras nem sem limites. Algumas provêm das estratégias usadas pelo

buscavam estabelecer e nortear as ações humanas para a vida em sociedade, especialmente no que concerne à esfera educativa, que abrangem desde os manuais para ensino, como aqueles voltados para cuidado para com as crianças e o cuidado de si. Assim como as demais transformações sociais ocorridas no período, como a laicização e racionalização da mentalidade, o conceito de infância também encontrava-se em processo de estabelecimento na modernidade, favorecido pelo desenvolvimento da cultura e comunicação:

Com a invenção da imprensa, nos meados do século XV, o manual da doutrina cristã começou a difundir-se com celeridade e tornar-se mais acessível, não só aos sacerdotes, mas também às próprias crianças, que por eles também aprendiam a ler, quando continham elementos para isso (BELINQUETE, 2011, p. 256).

A partir da consolidação da educação institucionalizada na modernidade, os manuais foram introduzidos com o intuito de acelerar a circulação de ideias. Na Europa do século XVII, a multiplicação de manuais e de instrução catequética teve o objetivo não só de transmitir, mas também consolidar, ou combater, o cristianismo, uma vez que os impressos foram fundamentais para o protestantismo quanto para o catolicismo.

A propagação religiosa cresceu conforme os sujeitos dispuseram de informações ofertadas pelos veículos de comunicação e estratégias de propaganda<sup>9</sup> dos contextos, de maneira que a “[...] prática de se utilizar meios modernos de divulgação por parte de agentes religiosos pode ser datada da primeira impressão da Bíblia

---

próprio texto, que deseja produzir efeitos, ditar uma postura, obrigar o leitor. As armadilhas que lhe são preparadas e nas quais ele deve cair, sem nem mesmo dar-se conta, estão na proporção da inventividade rebelde que sempre se supõe existir sobre ele”.

<sup>9</sup> A mobilização consciente da mídia com o objetivo de mudar atitudes pode ser descrita como propaganda. Originalmente um termo religioso, inventado para descrever a propagação do cristianismo, a palavra ‘propaganda’ adquiriu sentido pejorativo no fim do século XVIII, quando os protestantes usaram-na para descrever técnicas da Igreja Católica (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 108).

por Gutenberg, passando pela impressão e circulação da Bíblia de Lutero durante a Reforma” (BELLOTTI, 2011, p. 15).

A circulação de ideias possibilitou, embora sujeitas à censura<sup>10</sup>, algo que até então era permitido apenas a homens de determinados segmentos sociais que, pelas virtudes de suas posições, poderiam expressar-se publicamente, de maneira que o “desenvolvimento das instituições opostas [...] de propaganda e censura pode ter sido consequência inevitável da invenção da impressão gráfica, mas ambas foram resultados imediato das guerras religiosas do século XVI” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 91).

Diante da proliferação de impressos e avanços na forma como a humanidade se comunicava, a Igreja Católica adotou-os com maestria<sup>11</sup>, especialmente os manuais com o intuito de assegurar a sua função formativa, de modo que esse gênero literário ocupasse os espaços escolares, servindo, muitas vezes, como manuais de primeira leitura:

Após a Reforma, esses manuais se constituíram na classe de impressos que proliferou em maior escala e assumiu uma rápida difusão. Os manuais de catecismos, fruto da modernidade, adotaram novidades em relação ao passado, passando a uma originalidade própria, que o tempo e o lugar de

---

<sup>10</sup> Um exemplo de comunicação na propaganda cristã trata-se do *affaire des placards* (caso dos cartazes), envolvendo João Calvino e Jacques Lefèvre D'Étapes, que em 1534 (ano da fundação da Companhia de Jesus e da eleição do papa Paulo III, que excomungou, posteriormente, o rei Henrique VIII, o criador da Igreja Anglicana) e foram afixados em diversos locais cartazes que criticavam a celebração da missa como era feita oficialmente pela Igreja Católica: “As guerras religiosas francesas eram tanto de mídia quanto de espadas e armas de fogo — conflitos em que tinham suma importância a panfletagem, a feitura de imagens, sua destruição e a comunicação oral. Em 1534, os protestantes franceses já usavam a imprensa para dar publicidade às suas ideias. Grandes cartazes ou placares atacando a massa católica foram impressos na Suíça, contrabandeados para a França e colocados em lugares públicos, até mesmo, ainda que por pouco tempo, na porta do quarto do rei” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 91).

<sup>11</sup> Não admira que o sociólogo Zygmunt Bauman tenha descrito os púlpitos da Igreja Católica como um “meio de comunicação de massa” (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 37).

circunscrição lhe conferiam, e se tornaram o centro da ação pastoral-catequética (ORLANDO, 2008, p. 11).

Com a necessidade de transmitir o cristianismo, a Igreja Católica adotou instrumentos organizados e articulados, entre os quais estão os manuais catequéticos. Assim como os manuais, o gênero literário catecismo sofreu transformações ao longo da história da produção de conhecimento pela humanidade e não é possível precisar sua gênese com exatidão. Derivado do latim *catechismus*, estudos remetem sua origem no ensino oralizado judaico, posteriormente assimilado pelo catolicismo, os catecismos são escritos pedagógicos que articulam fé e dogmas da Igreja.

Pela perspectiva simbólica, os catecismos indicavam códigos que representavam um ideal cultural, contribuindo para a formação da sociedade cristã civilizada. Nas relações de poder que se estabeleciam, o pensamento de elaboração de um texto único significava o estabelecimento de um padrão de homem e unificação dos católicos, mesmo em diferentes grupos sociais. Assim, em 1566, o papa Pio V (1566-1572) promulgou o *Catecismo Romano* (ou *Catecismo Tridentino*).

A tentativa de organização racional do período, inclusive da educação, é perceptível com a divisão de alunos conforme a faixa etária e níveis de estudos e estabelecimentos de metodologias e organizações curriculares, conforme pode-se observar em outro livro relevante para o ensino moderno: o *Ratio Studiorum*, da Companhia de Jesus.

Em relação ao conteúdo dos manuais de lógica do século XVII, a divisão desses compêndios organizava-se basicamente em três partes: sùmulas, lógica menor, introdução à lógica (ou dialética) e lógica parva; lógica proemial e, finalmente, a lógica magna (ou maior) e a dialética de Aristóteles.

Entre as vantagens da utilização de livros-textos, de cunho didático, para a sistematização da lógica, está a obrigação de “uma ordenação e sistematização mais rigorosa do material, que costumava refletir as aulas da aula” (MUÑOZ DELGADO, 1982, p. 281). A lógica parva buscava ordenar seu material de estudo estudando



as três operações da razão, de acordo com a estrutura lógica de Tomás de Aquino no prólogo do comentário aos *Segundos Analíticos* de Aristóteles, a *Expositio libri Posteriorum*: a apreensão simples (signos, termos e suas respectivas divisões); juízos e proposições; a raciocinação, silogismos, conseqüências e falácias.

## Considerações finais

A lógica figurou enquanto fundamental, ainda que alguns temas por ela tratados pertencem atualmente à filosofia da lógica, epistemologia, psicologia, ou ainda, filosofia da natureza, como é o caso da discussão dos predicáveis. As diferenças procedem não somente do lugar em que se estudam os predicáveis, mas especialmente nas divergências doutrinárias oriundas daqueles que produzem tais manuais, uma vez que “esses manuais diferenciavam-se entre si na disposição dos conteúdos e em aspectos doutrinários. Tais diferenças, em geral, deviam-se às famílias religiosas que produziam, nessa época, a maioria absoluta dos manuais na península” (GOMES, 2002, p. 15).

Tais manuais são considerados importantes para a compreensão de como se organizava a lógica naquele contexto, uma vez que seus conteúdos refletem quais eram as principais preocupações e temáticas do período. O valor dos manuais e das conclusões é confirmatório, uma vez que atestam o quanto das normativas educacionais então vigentes eram acatadas. Nesse sentido, elas corroboram as “boas intenções” do material estatutário. Para além dos manuais e das teses, existiam também comentários e traduções do grego, que interessam para a história da lógica.

Nesse contexto, a revisitação da filosofia aristotélica hispânica e italiana adquiriu notável propagação europeia, em superação à dialética agricoliana, ramista e melanchtoniana. Outra importante característica da renovação escolástica da península do período é a sua vigência não apenas na Europa, mas também nos territórios colonizados por esses países.

Uma maneira de mensurar o raio de influência dos manuais na Península Ibérica é atentar para a numerosa quantidade de

edições<sup>12</sup>. De acordo com Muñoz Delgado (1982, p. 285), pode-se citar como exemplo que, durante o século XVII, “os Carmelitanos Complutenses (1628) têm cerca de 25 tiragens nas prensas de Paris, Frankfurt e Lyon. Fonseca é publicado inúmeras vezes em Roma e Colônia”. O autor ainda ressalta que tais expoentes são também aqueles que formaram a base do ensino não apenas em Salamanca, Alcalá e Coimbra, mas também na América ibérica, como no México, Argentina, Chile e Brasil.

Os relatos da utilização dos manuais do século XVII por renomados filósofos também ratificam sua importância: “uma testemunha excepcional da popularidade da escolástica espanhola é Leibniz, que confessa a si mesmo que aos doze anos lia Rubio, Fonseca e Toledo com muito gosto e que aos quatorze se entusiasmava com Suárez” (MUÑOZ DELGADO, 1982, p. 285).

Diante do exposto, justifica-se a escolha do manual “*Institutionum dialecticarum libri octo*”, do jesuíta Pedro da Fonseca, enquanto fonte histórica e filosófica para a compreensão da introdução do ensino de lógica no Brasil colonial. A referida obra figura enquanto principal referência para o ensino de lógica, conforme consta a *Ratio Studiorum*.

É válido salientar que a riqueza da análise dos manuais não se limita na descrição de seu conteúdo, mas, sobretudo, na multiplicidade de olhares e na compreensão do processo e contexto de elaboração dos mesmos, sua circulação e utilização. É reconhecer a intencionalidade inerente ao processo de produção, que tece uma rede de significações dentro de uma disputa de poder. Produtos culturais de um momento histórico específico, os manuais permitem

---

<sup>12</sup> No trabalho de catalogação de dados, considera-se uma gama de informações sobre determinado texto impresso, como a data de impressão, quantidade de republicações, as cidades e editores que o imprimiram, a utilização comum do material, seu público-alvo, entre outros. Tal perspectiva advém da concepção de que “a leitura não é apenas uma operação intelectual abstrata: ela é uso do corpo, inscrição de um espaço, relação consigo mesma ou com os outros” (CHARTIER; CAVALLO, 1998, p. 8), todavia “contar títulos e edições, no entanto, não basta: é preciso também detectar os gestos que eles recomendam ou estigmatizam” (CHARTIER, 2003, p. 172).

aos pesquisadores identificarem, a longo prazo, as transformações da ciência, as mudanças metodológicas e pedagógicas e das representações sociais a ela relativas.

## Referências

ARNAUT DE TOLEDO, Cézár; RUCKSTADTER, Vanessa; RUCKSTADTER, Flávio. Antijesuitismo. In: Lombardi, José; SAVIANI, Dermeval (Orgs.). **Navegando na História da Educação Brasileira**. Campinas: HISTEDBR, 2011.

BARRETO, Luís Filipe. **Descobrimientos e Renascimento**: formas de ser e pensar nos séculos XV e XVI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1983.

BARZUN, Jacques. **Da alvorada à decadência**: a história da cultura ocidental de 1500 aos nossos dias. Rio de Janeiro: Campus, 2002.

BELINQUETE, José. **História da Catequese**. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 2011.

BELLOTTI, Karina. História das religiões: conceitos e debates na era contemporânea. In: **História**: Questões & Debates, n. 55, p. 13-42, jul., Curitiba: Editora UFPR, 2011.

BOURDIEU, Pierre. Método científico e hierarquia social dos objetos. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da Mídia**: de Gutenberg à internet. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2004.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia**: a história entre certezas e inquietude. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2002

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime**. São Paulo: UNESP, 2003.

CHARTIER, Roger; CAVALLO, Guglielmo. **História da leitura no mundo ocidental**. São Paulo: Ática, 1998.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos avançados**, v. 5, p. 173-191, 1991.

CHARTIER, Roger. **Práticas de Leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

CHOPPIN, Alain. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. In: **Revista História da Educação**, n. 13, 2009, p. 9-25.

CUNHA, Maria Teresa Santos. Tenha Modos! Manuais de Civilidade e Etiqueta na Escola Normal (1920-1960). In: **VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia, 2006.

FONSECA, Pedro da. **Institutionum dialecticarum libri octo**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1964.

GOMES, Evandro Luís. **Sobre a história da lógica no Brasil**: da lógica das faculdades à lógica positiva. 347 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. 2002.

HAYASHI, Maria; HAYASHI, Carlos. Educação jesuítica no Brasil colonial: um estudo baseado em teses e dissertações. In: PAIVA, José; ASSUNÇÃO, Paulo de (Orgs.). **Educação, história e cultural no Brasil Colônia**. São Paulo: Arké, 2007. p. 113-127.

MAGALHÃES, Justino. O Manual Escolar no Quadro da História Cultural: para uma historiografia do manual escolar em Portugal. In: **Sísifo**. Revista de Ciências da Educação, 2006, p. 5-14.

MAGALHÃES, Justino. O manual escolar como fonte historiográfica. In: Costa, Jorge Vale e Felgueiras, Margarida (Orgs.). **Manuais escolares da biblioteca pública municipal do Porto**. Porto: Faculdade de Ciências da Educação, 2008, p. 11-15.

MONTESQUIEU, Charles Louis de. **Do Espírito das Leis**. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

MUÑOZ DELGADO, Vicente. Lógica hispano-portuguesa e iberoamericana en el siglo XVII. In: **Cuadernos Salmantinos de Filosofía**. Salamanca, 1982, vol. IX, pp. 279-390.

ORLANDO, Evelyn de Almeida. Os manuais de catecismo e a circulação de ideias: tradição e modernidade na pedagogia católica brasileira. In: **V Congresso brasileiro de História da Educação**: o ensino e a pesquisa em história da educação, Sergipe, 2008.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

Submetido em: 13-9-2022

Aceito em: 16-2-2023